

FRANTZ FANON, REFORMA PSIQUIÁTRICA E LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL: O QUE ESCAPOU NESSE PROCESSO?

FRANTZ FANON, PSYCHIATRIST REFORM AND ANTI-ASYLUM STRUGGLE IN BRAZIL: WHAT ESCAPED THIS PROCESS?

Rachel Gouveia PASSOS*

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar de forma breve o percurso do psiquiatra Frantz Fanon, destacando as suas experiências nos hospitais psiquiátricos. Propõe-se a abordar a influência de Fanon no pensamento de Franco Basaglia, um dos precursores da Reforma Democrática Italiana. Por fim, problematiza-se o esquecimento da questão racial na constituição da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial brasileira, trazendo inquietações expressas na realidade.

Palavras-chave: Frantz Fanon. Reforma Psiquiátrica. Luta Antimanicomial.

Abstract: This article aims to present briefly the path of the psychiatrist Frantz Fanon, highlighting his experiences in psychiatric hospitals. It is proposed to approach the influence of Fanon in the thought of Franco Basaglia, one of the forerunners of the Italian Democratic Reformation. Finally, the neglect of the racial question in the constitution of the Psychiatric Reform and the Brazilian Anti-Asylum Struggle is problematized, bringing with it concerns expressed in reality.

Keywords: Frantz Fanon. Psychiatric Reform. Anti-Asylum Struggle.

Submetido em 31/03/2019.

Aceito em 03/08/2019.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da UFRJ e Colaboradora da Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF. Av. Pasteur 250 - fundos, Campus Praia Vermelha, Urca, CEP: 22.290-240, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: <rgouveiaufrj@gmail.com>.

Introdução

No dia 28 de fevereiro de 2019, o Jornal *A CidadeOn Campinas* publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Juíza de Campinas diz que réu não parece bandido por ser branco”¹. Segundo o Jornal, o réu foi condenado em 1ª instância, em 2016, a 30 anos de prisão por latrocínio, tendo o crime ocorrido em 2013. Entretanto, uma semana antes da reportagem ser publicada estava circulando, entre os advogados da cidade, uma imagem com a suposta sentença da juíza, a qual dizia que “o réu não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros, não estando sujeito a ser facilmente confundido”².

No dia 14 de março, completou-se o primeiro ano do assassinato de Marielle Franco e ainda não há respostas acerca dos mandantes e motivos do crime. Marielle era mulher, negra, bissexual, ex-moradora do Complexo da Maré, a quinta vereadora mais votada nas eleições municipais de 2016 e militante dos Direitos Humanos. Sua execução tornou-se um marco que compõe uma conjuntura extremamente adversa e de inúmeros retrocessos, aprofundados partir do golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff³ da presidência da República.

Em ambos os casos é possível identificar as expressões do racismo que estruturam a formação social brasileira e permeiam o cotidiano das relações sociais. Os corpos e subjetividades negras são marcados pela violência naturalizada nas relações sociais e instituições, devido à ideia de que são perigosos e por isso extermináveis. Conforme aponta o Atlas da Violência de 2018, em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA; FBSP, 2018, p. 40).

Segundo Almeida (2014), esse fenômeno da violência está relacionado ao processo de desumanização das vidas negras, sendo parte do racismo estrutural que se manifesta por meio da violência e do racismo institucional. Nesse sentido, o racismo que perpassa as instituições punitivas e a justiça brasileira é o mesmo que impede a identificação dos assassinos de Marielle Franco e delimita o perfil do sujeito criminoso no Brasil.

Para Davis (2018), a população carcerária nos Estados Unidos não poderia ter chegado a quase 2,5 milhões, atualmente, sem um consentimento coletivo, ou seja, sem que tal circunstância estivesse relacionada à naturalização da violência, em especial aquela direcionada a negros e pobres. A autora nos convida a problematizar a relação entre as instituições psiquiátricas e prisionais, entendendo o quanto são funcionais para a contenção e eliminação das vidas negras e pobres. Nesse sentido, vale ressaltar que, no Brasil, esse

¹ Disponível em:

<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1407567,juiza+de+campinas+diz+que+reu+nao+parece+bandido+por+ser+branco.aspx>. Acesso em: 03 mar. 2019.

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/03/01/decisao-onde-juiza-de-campinas-diz-que-reu-nao-tem-estereotipo-padrao-de-bandido-viraliza.ghtml>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

³ Para maior aprofundamento sobre a temática, buscar Braz (2017), Jinkings; Doria e Cleto (2016).

entrelaçamento entre sistema prisional e psiquiátrico sempre ocorreu através dos manicômios judiciários, hospitais psiquiátricos e, atualmente, vem sendo atualizado através do incentivo às internações nas comunidades terapêuticas (PEREIRA; PASSOS, 2017), do financiamento para a expansão dos leitos em hospitais psiquiátricos (DUARTE, 2018) e do encarceramento em massa da população negra (BORGES, 2018).

Em tempos em que o conservadorismo e suas expressões ganham força e impulsionam-se por meio das instituições totais, torna-se fundamental retomarmos a contribuição de Frantz Fanon para o campo da saúde mental e da atenção psicossocial. Recuperarmos o pensamento de um intelectual e militante, o qual questionou o racismo e suas expressões no hospital psiquiátrico e na psiquiatria, é imprescindível para repensarmos as estratégias passadas, identificarmos os problemas e, dessa forma, construirmos novos caminhos para avançarmos com uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e Antirracista. Destacamos que Fanon é conhecido no Brasil pelo debate sobre colonialismo e a Luta Antirracista, porém pouco se fala de suas muitas e relevantes contribuições para a saúde mental. Portanto, é primordial explicitarmos a contribuição desse importante intelectual e ativista negro para o campo da saúde mental e da Luta Antimanicomial.

Nesse sentido, o presente artigo divide-se em três tópicos: no primeiro momento pretendemos apresentar, de forma breve, a trajetória do psiquiatra Frantz Fanon; em seguida abordaremos sua influência no pensamento de Franco Basaglia, precursor da Reforma Democrática Italiana; e, por fim, problematizaremos o esquecimento das relações raciais na constituição da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial brasileira, trazendo inquietações expressas na realidade.

1. Afinal, quem é Frantz Fanon?

Frantz Fanon reconheceu as implicações políticas inerentes a toda atividade psiquiátrica, e sua vida foi um testemunho, vivo e concreto, da superação do falso dilema entre o psiquiatra e o homem, entre o profissional e o cidadão. Para ele, a cura do indivíduo alienado e a cura da sociedade alienante não podiam ser concebidas separadamente. Para Frantz Fanon, o indivíduo e a sociedade não são entidades heterogêneas e opostas: um não pode existir sem o outro e qualquer dicotomia entre ambos é falsa e artificial (LOYELLO, 1983, p. 16, grifo nosso).

De acordo com Faustino (2015)⁴, Frantz Omar Fanon nasceu em 1925 no âmago de uma família de classe média, na cidade de Forte de França, localizada na Martinica, região administrativa da França no Caribe. Fanon foi o quinto de oito irmãos, filhos de Eléanore Médélice Fanon (1891-1981) e Felix Casimir Fanon (1891-1947). Cabe destacar que a população da Martinica na época era de 300.000 pessoas, sendo

⁴ Deivison Mendes Faustino é uma das grandes referências sobre Frantz Fanon no Brasil. Sua tese de doutorado, defendida na Universidade Federal de São Carlos, intitulada “Por que Fanon, por que agora? Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil” recebeu menção honrosa, no prêmio Capes de Teses de 2016, na área de Sociologia. Além disso, é autor de diversos artigos e do livro “Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro”, publicado pela editora Ciclo Contínuo, em 2018.

composta, em sua maioria, por negros descendentes dos trabalhadores das antigas *plantations*⁵ francesas (FAUSTINO, 2018).

Em 1944, ao alistar-se no exército francês, no período em que a França foi invadida pela Alemanha nazista, Fanon foi parar no front de guerra. Essa experiência o marcou devido a sua cor, pois, nesse período, descobriu que não era visto como francês, logo, seus “compatriotas” não o reconheciam como aliado (FAUSTINO, 2015, p. 158). Além disso, presenciou os tratamentos mais desumanos nas colônias francesas localizadas na África do Norte. Portanto, foi através da experiência da guerra que Fanon identificou o racismo e suas expressões de maneira bruta e direta.

Segundo Loyello (1983), após o término da guerra, Fanon retornou à Martinica e trabalhou na campanha eleitoral de Aimé Césaire, o qual foi candidato pelo partido comunista para a primeira Assembleia Nacional da IV República⁶. Para o autor, essa foi a primeira experiência de ação política de Fanon.

Em 1946, na cidade de Lyon, no interior da França, Fanon inicia seu curso universitário de psiquiatria forense na *Faculté Mixte de Médecine et de Pharmacie d'Université*. Nesse período, “participou de diversos seminários e debates universitários, nos quais entrou em contato com pensadores como Sartre, Jaspers, Lacan, Marx, Hegel, Nietzsche, dentre outros” (FAUSTINO, 2015, p. 158-159).

Vemos que, aliado ao polo da medicina, tinha interesses voltados para uma formação humanista, fenomenológico-existencialista e dialético-marxista. Integra-se, então, na política estudantil e dirige um pequeno periódico, *TamTam*, destinado aos estudantes originários das colônias francesas (LOYELLO, 1983, p. 17).

Com o término do seu curso, em 1950, escreveu a primeira versão de seu trabalho de conclusão, o qual foi rejeitado por ser contrário ao pensamento positivista da época. Esse trabalho resultou no livro *Pele negra, máscaras brancas*. Posteriormente, escreve uma segunda tese, intitulada *Transtornos mentais e síndromes psiquiátricas em degeneração espinho-cerebelar-hereditária. Um caso de doença de Friereich com delírio de possessão*, aprovada com louvor após intensos debates.

Dando continuidade a sua formação, Fanon escolheu realizar sua residência médica em Saint-Alban, em Paris, com o psiquiatra espanhol François Tosquelles. Segundo Loyello (1983), Tosquelles foi um dos líderes da vanguarda da psiquiatria francesa e posicionou-se contra o modelo asilar, propondo a socioterapia e psicoterapia institucional⁷. Faustino (2018) sinaliza que a perspectiva metodológica alternativa de

⁵ De acordo com Faustino (2018, p. 20), as *plantations* eram “propriedades monocultoras e agroindustriais, cuja produção, destinada aos grandes mercados, utilizava mão de obra escrava”.

⁶ “Aimé Césaire foi professor, escritor e político reconhecido desde a juventude. Nasceu em Basse-Pointe, em 1913, na Ilha de Martinica. Foi a Paris em 1931 onde, com Senghor e Damas, fundou a revista *L'Étudiant Noir* (1935), em que pela primeira vez, num artigo, usou a palavra negritude, mais tarde utilizada para definir os rumos do movimento. Retornou à Martinica com sua esposa Suzanne Césaire, também escritora, e filho em 1939 para fundarem, justamente com o escritor marxista e surrealista René Ménénil a revista *Tropiques*. Enquanto produziam a revista, os três escritores atuaram como docentes no Lycée Victor Schoelcher, uma espécie de ensino médio, onde estudaram nomes como Frantz Fanon e Edouard Glissant e o próprio Césaire, anteriormente. Fanon foi aluno dos três durante esse período de intensa produção literária” (FAUSTINO, 2018, p. 23).

⁷ Para maior aprofundamento sobre a psicoterapia de Tosquelles, buscar Passos (2009).

Tosquelles acompanharia Fanon “em seus futuros experimentos clínicos em Blida e na Tunísia, sobretudo nas posições teóricas e políticas que estabelecerá durante esse período” (FAUSTINO, 2018, p. 63).

Os dois se tornaram bastante próximos nestes dois anos e a relação se manteve mesmo depois do estágio, de tal forma que, em uma ocasião em que Fanon estava no exílio, Tosquelles seguiu ajudando financeiramente a sua família (FAUSTINO, 2018, p. 65).

Fanon interrompe os estudos, depois de dois anos, para se preparar para um concurso para o *Le Médecin des Hôpitaux Psychiatriques*, “que permitiria ao aprovado escolher um posto de *chef de service* em algumas das mais importantes instituições psiquiátricas da França” (FAUSTINO, 2018, p. 65-66). Depois de muitas avaliações, foi aprovado com distinção. Entretanto, com o desejo de colocar seus serviços à disposição de uma luta mais ampla, em 1953 “Frantz Fanon se muda para Argélia e assume a direção de um hospital psiquiátrico na cidade de Blida, a trinta milhas de distância da capital Argel” (FAUSTINO, 2018, p. 65-66). A ida para a Argélia significou sua aproximação com as expressões do colonialismo nos serviços de saúde, inclusive na composição da organização dos leitos psiquiátricos.

No Hospício que foi dirigir havia 165 pacientes europeus e 200 muçulmanos. As alas psiquiátricas organizavam-se a partir de uma divisão étnico-racial, “segundo sugeriam os manuais da *École psychiatrique d’Alger*” (FAUSTINO, 2018, p. 68). De acordo com Loyello (1983, p. 18), Fanon iniciou seu trabalho no hospital psiquiátrico, em Blida, “colocando em prática os ensinamentos de Tosquelles, procurando desenvolver formas democráticas de vida coletiva e ativando a vida do hospital com inovações, tais como: reuniões de grupo operativo, assembleias, atelier de trabalhos manuais, um jornal etc.”. Podemos dizer que procurou construir uma conexão entre a psicoterapia e a formação política. Além disso, “substituiu a separação racial das alas por outra que considerasse o grau de sofrimento psíquico do paciente, aglutinando árabes, berberes e franceses nas mesmas alas” (FAUSTINO, 2018, p. 69). Também possibilitou a liberdade de entrar e sair das salas e a suspensão da camisa de força, utilizando-a apenas como último recurso.

A partir de 1955, com o avanço das lutas pela libertação na Argélia, Fanon posicionou-se politicamente a favor dos rebeldes argelinos. Seu primeiro contato com os nacionalistas, com destaque para a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), deu-se por meio de suas relações com participantes de uma associação de solidariedade aos argelinos.

A luta de libertação se colocou, na Argélia, como um fato social incontornável a qualquer habitante. A partir de 1955, com o curso da luta, tornava-se impossível não tomar partido no conflito. Fanon, que já havia sido soldado pelas forças francesas, mas também militante de esquerda da Martinica e intelectual e crítico comprometido com a transformação social, não hesitou em se posicionar a favor dos rebeldes argelinos (FAUSTINO, 2018, p. 80).

Com o passar do tempo, Fanon começou a tratar – clínica e psicologicamente – os militantes nacionalistas, de forma clandestina, no hospital que gerenciava (FAUSTINO, 2018). Com o acirramento da

luta pela libertação na Argélia, Fanon já não era bem visto pelos funcionários do hospital psiquiátrico devido a sua radicalização na ruptura da organização racial no recinto e, também, já tinha a preocupação de estar sendo perseguido devido a suas contribuições para a FLN. É nesse momento, após três anos no cargo de médico-chefe do hospital psiquiátrico, que Fanon escreveu sua carta de demissão⁸ e a enviou para o Ministro Residente, denunciando, em seu conteúdo, a função de controle e desumanização adotada pelo hospício e pela psiquiatria como estratégia de perpetuação do colonialismo, além de afirmar a necessidade da luta revolucionária. Somente após deixar a Argélia, assumiu publicamente sua relação com a FLN.

Os anos seguintes foram marcados por intensas atividades de pesquisa, atuação política e profissional. A Tunísia representava para Fanon a possibilidade de seguir tranquilamente como militante da FLN que a essa altura já se intitulava “Gouvernement Provisoire de La République Algérienne” (GRPA) e, sobretudo, a oportunidade de seguir atuando como médico psiquiatra e pesquisador do sofrimento psíquico, atividades que ele manteve até o final de sua curta vida (FAUSTINO, 2018, p. 97).

Durante o período de dezembro de 1957 a julho de 1959, Fanon atuou como psiquiatra no Hospital Charles Nicole, na Tunísia. Foi nesse hospital que ele transformou um manicômio judiciário em serviço aberto e hospital-dia (LOYELLO, 1983, p. 22). Para Menozzi (2015), com essa experiência na Tunísia, Fanon se viu em desacordo com os preceitos mais fundamentais das relações disciplinares e passou a compreender a psiquiatria como um poder colonial.

Após suas diversas inserções por diferentes partes do continente africano e na Europa, divulgando a luta pela libertação dos povos colonizados, Frantz Fanon, em dezembro de 1960, foi diagnosticado com leucemia. Sabendo que, para a medicina da época, essa era uma doença que condenava à morte, dedicou-se intensamente ao trabalho, produzindo em poucos meses o livro *Os condenados da terra*. A publicação, além de abordar o colonialismo e a luta antirracista também aborda a perspectiva psiquiátrica racista, ou seja, a psiquiatria colonizada.

Para Fanon, diferentemente do que propunha o movimento comunista francês, a aposta para a superação radical da situação colonial não estaria no proletariado (industrial), quase ausente nas colônias e, quando presente, na maioria das vezes comprometido com a manutenção da ordem colonial. *Os dammés* (condenados) deveriam ser encontrados entre aqueles que realmente não tinham nada a perder, “a não ser os seus grilhões”. Por isso, aposta no lumpemproletariado e nos camponeses como força política capaz de se levantar contra o jugo colonial (FAUSTINO, 2018, p. 115).

Após escrever *Os condenados da terra*, Fanon teve uma piora significativa de sua saúde e acabou aceitando, a contragosto, um convite para tratar-se em Washington, mesmo sabendo que sua doença não tinha cura. Depois de receber os primeiros exemplares da primeira edição de seu último livro e de uma aparente melhora, no dia 06 de dezembro de 1961, morre aos 36 anos, nos Estados Unidos, Frantz Fanon.

⁸ A carta de demissão encontra-se no livro *Em defesa da Revolução Africana*, de Frantz Fanon.

2. Basaglia e Fanon: uma relação esquecida

O aprofundar da ação crítica revela o manicômio como lugar de segregação e controle que se fundamenta nos processos de exclusão social e na periculosidade: lugar do louco, da miséria, dos improdutivos, daquilo que “desencaixa” da ordem da razão e da produção. Não é por acaso que a maioria das pessoas internadas pertencem ao proletariado e ao lumpemproletariado: agir no interior de uma instituição da violência nos remete à violência global do nosso sistema social – em última instância a lógica que ***a Psiquiatria propõe é a mesma lógica de opressão e violência presentes na vida cotidiana*** (NICÁCIO, 1989, p. 93, grifo nosso).

Franco Basaglia dedicou a sua trajetória profissional e de militância ao movimento antimanicomial italiano. Ele foi fundamental para os rumos, os significados e a radicalidade do movimento. “Obstinado pela meta de acabar com os manicômios italianos e de todo o mundo (...), Basaglia foi se tornando um estrategista, cuja liderança estendeu-se por 20 anos. Iniciada no trabalho em Gorizia, desconstruiu-se com sua morte em 29 de agosto de 1980, em Veneza” (GOULART, 2007, p. 33).

Em meados dos anos 1960, Franco Basaglia assumiu a direção do hospital psiquiátrico de Gorizia. Basaglia não teve uma recepção calorosa, tendo, inclusive, pensado em demitir-se, porém assumiu o desafio. De acordo com Goulart (2007, p. 37), esse manicômio tinha “oito setores fechados, quatro femininos e quatro masculinos, totalizando 629 internos, classificados como ‘agitados’, ‘crônicos’ e ‘tranquilos’, segundo os cânones da psiquiatria clássica. A província tinha 135 mil habitantes e a cidade cerca de 45 mil”. O médico dedicou 11 anos a essa experiência.

Inicialmente proibiu a contenção dos pacientes internados e instituiu paulatinamente novas regras de organização e comunicação, causando impacto direto nos médicos, enfermeiros e demais funcionários, os quais estranharam o processo iniciado por Basaglia. Aos poucos foi compondo a equipe dos conhecidos “gorizianos”. Suas primeiras decisões foram voltadas para a humanização do hospital, tendo respaldo das experiências internacionais que vinham ocorrendo, em especial as desenvolvidas por Maxwell Jones, no Reino Unido, as denominadas comunidades terapêuticas.

Por meio do assembleísmo, do trabalho em equipe e de incontáveis reuniões, o manicômio de Gorizia transformou-se em comunidade terapêutica e, logo em seguida, na segunda metade da década, tornou-se necessário superá-lo, destruí-lo como um dispositivo falso, pseudoterapêutico. Na verdade, o manicômio não oferecia um futuro aos internos, nem a seus funcionários, médicos e enfermeiros (GOULART, 2007, p. 42).

Franco Basaglia foi fortemente influenciado pelas publicações e pensamentos de Goffman, Foucault e Fanon, bem como pelo materialismo histórico dialético, expresso na cultura da esquerda italiana⁹. O médico teria sido influenciado pelo livro *História da Loucura* e as críticas de Foucault às Ciências Humanas.

⁹ Segundo Barros (1994, p. 58), Basaglia foi “formado pela Universidade de Pádua era, entre os psiquiatras italianos, um intelectual incomum, estudioso de Husserl, Bindwanger, Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre. Em 1961, Basaglia deixou, após 12 anos, a vida acadêmica, passando a dirigir o Hospital Psiquiátrico de Gorizia”.

Goffman, por sua vez, possibilitou o “giro sociológico da matriz de pensamento basagliana, deslocando o doente mental do campo da psiquiatria e permitindo uma nova interpretação da noção de controle e institucionalização” (GOULART, 2007, p. 42).

Já Frantz Fanon “teria fornecido os elementos identitários da inspiração revolucionária” (GOULART, 2007, p. 42), uma vez que, na experiência da Argélia, ele havia se colocado contra a carreira psiquiátrica e construiu um posicionamento ético-político libertário. Para Menozzi (2015), Fanon não só demonstra a violência produzida pelas classificações psiquiátricas, mas também reconhece a cumplicidade da equipe médica e da instituição com as opressões sociais mais amplas.

Nas últimas páginas do livro *A instituição negada*, Basaglia dedicou a Fanon e a sua escolha de romper com esse modelo de opressão, de colonização e de sujeição dos indivíduos uma homenagem e reconhecimento de sua postura revolucionária de ruptura. Basaglia enfatiza a carta de demissão elaborada por Fanon e destaca a sua postura revolucionária. Para Basaglia (1985, p. 320, grifo nosso), foi com essa experiência que

a carreira de Frantz Fanon parece apontar-nos uma saída que ele, concretamente, concluiu com sua participação na “revolução africana”. Frantz Fanon, em sua curta existência, percorreu todo o caminho institucional que o sistema lhe permitia: de brilhante psiquiatra em Lyon a psiquiatra no centro de Saint-Albain a psiquiatra negro com doentes negros em Argel, durante o período da guerra de libertação. É aqui que, evidentemente, Fanon define sua posição de psiquiatra politizado, ao perceber que a relação entre médico e doente (assim como a relação entre branco e negro, ou seja, entre quem detém o poder e quem não tem) *era sempre uma relação institucional, onde os papéis haviam sido definidos pelo sistema*. Sua ação podia chegar, no máximo, até o reformismo, e o perfeccionismo técnico de uma instituição que oferecia, em troca da confirmação do estado dependente do enfermo, a “cura” e a reintegração social numa realidade que Fanon definia como “uma desumanização sistematizada”. **A ação terapêutica resultava num ato de aceitação silenciosa do sistema e Fanon não tinha outra escolha senão a revolução, como único lugar, fora das instituições, onde podia agir.**

Basaglia ainda sinaliza que Fanon pôde fazer a escolha pela revolução, enquanto os italianos não poderiam, pois a realidade os impedia de fazê-lo. Continuariam vivendo as contradições do sistema que determina as relações, gerindo uma instituição que negavam, “exercendo uma função terapêutica que refutamos, negando que nossa instituição – que devido à nossa própria ação tornou-se uma instituição da violência sutil e disfarçada – continue a ser *apenas* funcional ao sistema” (BASAGLIA, 1985, p. 321, grifo do autor). Portanto, Basaglia permaneceria no interior do manicômio para negá-lo por dentro e lidar com suas contradições, enquanto Fanon assumiu uma postura radical negando a instituição ao demitir-se dela. Venturini (2012), por sua vez, entende que a experiência de Fanon tem proximidade com a de Gorizia, pois

em 1956 Fanon apresenta a sua demissão do hospital psiquiátrico de Blida e escreve uma carta famosa sobre o perigo da desmistificação terapêutica e a necessidade da luta revolucionária. Em 1972 nós, os psiquiatras da equipe em Gorizia, resolvemos dar alta, no mesmo dia, a todos os internados do hospital, depois apresentamos nossas demissões e nos dirigimos, com uma carta, aos usuários para explicar as motivações do gesto.

Naquela época os políticos e os administradores da cidade não queriam que a nossa experiência saísse para fora do hospital, não queriam abrir Caps¹⁰ na comunidade (VENTURINI, 2012, p. 54).

A equipe solicita à administração local o fechamento do hospital e a abertura de centros externos; a proposta é recusada e a equipe se demite em bloco após uma declaração de cura a todos os pacientes. A demissão dos técnicos, que não desejavam ficar presos em uma ilha comunitária, se coloca como debate político através da imprensa (NICÁCIO, 1989, p. 94).

Ambas as demissões apresentaram uma direção de transformação, só que Fanon indica um determinado percurso – o da Revolução – e os basaglianos expõem, nesse momento, uma dada radicalidade direcionada a um viés reformista (VENTURINI, 2012). Na experiência de Gorizia, Basaglia e a equipe percebem os limites da instituição e recolocam o manicômio em questão. Na publicação *A Instituição Negada*, Basaglia assinala que compreendeu o manicômio como um dos componentes de um sistema hierárquico-punitivo, sendo necessária a construção de um antimodelo capaz de “destruir a tendência à acomodação dentro de novos esquemas de referência contrapostos aos tradicionais” (BASAGLIA, 1985, p. 313). Além disso, o autor fez críticas às comunidades terapêuticas e introduziu o discurso anti-institucional e antiespecialístico, entendendo que a lógica manicomial transcende a esfera psiquiátrica e faz parte das estruturas sociais.

Após o pedido de demissão do Hospital Psiquiátrico de Gorizia, iniciou-se o trabalho de transformação do hospital psiquiátrico de Trieste. No momento em que Basaglia assumiu o cargo de diretor, encontravam-se internadas 1101 pessoas, distribuídas em 19 pavilhões, 11 masculinos e 8 femininos (BARROS, 1994). Foi com a experiência de Trieste que a Itália se tornou a inspiração para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial brasileira, uma vez que ocorreu a substituição total do modelo de assistência psiquiátrica.

No Brasil, as produções dos precursores da Reforma Psiquiátrica sempre foram dedicadas a retratar a experiência de Trieste e a ruptura radical com o manicômio, esquecendo-se das influências teóricas, filosóficas e políticas que perpassaram o próprio Basaglia. Foram dedicamos mais de 35 anos de conhecimento para o que foi realizado na cidade de Trieste, porém pouco foi explorado sobre o pensamento de Franco Basaglia. Esse distanciamento das bases basaglianas pode ter nos afastado de reflexões e leituras que podem contribuir para a elaboração de novas estratégias e percursos.

Nesse caminho, torna-se fundamental sinalizar que até mesmo o precursor da Reforma Psiquiátrica Italiana revisita Fanon e se inspira nas contradições por ele enfrentadas. Para Menozzi (2015), uma preocupação comum a ambos os intelectuais e psiquiatras era: **como poderia uma crítica interna à psiquiatria transformar a sociedade como um todo?** Esse problema é o nó que une a psiquiatria e a política em Basaglia e Fanon, e, no Brasil, acaba assumindo contornos próprios, suscitando questões para o debate contemporâneo.

¹⁰ Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

3. Reforma Psiquiátrica brasileira e a questão racial: questões para o debate

A preocupação com as relações étnico-raciais, com o colonialismo e com o racismo não está presente nas publicações referentes à constituição da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, o que, de certa forma, reafirma a invisibilidade do tema. Para Venturini (2012) a animação dos brasileiros com a Luta Antimanicomial e com o pensamento de Basaglia estaria ligada aos personagens que marcaram a história do Brasil e da luta por uma cultura de tolerância. Contudo, ao revisitarmos as produções, identificamos que esse debate não se articulou à questão racial com a mesma animação e interesse.

É importante ressaltarmos que a recepção do pensamento de Frantz Fanon no Brasil não foi nada fácil ou rápida. Nos anos 1960, “Fanon era nome cortado na esquerda” brasileira (GUIMARÃES, 2008, p. 106), sendo Paulo Freire, o primeiro brasileiro a abraçar as suas ideias, em seu famoso livro *Pedagogia do Oprimido*. Mesmo o líder negro Abdias Nascimento só foi apresentado à obra de Fanon depois de 1968, no período em que esteve exilado nos Estados Unidos.

No entanto, foram os jovens estudantes negros dos anos 1970 e 1980 que, no Brasil, leram e viveram Fanon, de corpo e alma, fazendo dele um instrumento de consciência de raça e resistência à opressão, ideólogo da completa revolução na democracia racial brasileira (...).

Analisando a documentação policial e depoimento de militantes da época, Kosling não tem dúvidas em listar as principais influências intelectuais dos jovens rebeldes negros: “Autores como Fernandes, ao lado de Eldridge Cleaver e Frantz Fanon, entre outros, introduziram a questão da luta de classes nos debates do MNU¹¹ (GUIMARÃES, 2008, p. 110).

Apesar da recepção tardia da obra de Fanon no Brasil e das limitações do cenário político daquele período, os textos mais conhecidos do autor circularam, foram publicados e traduzidos no Brasil, onde “mais ou menos nesse intervalo de tempo – em 1968 e 1979 saíram a 1ª e a 2ª edição de *Os condenados da terra*, pela Civilização Brasileira; (...) em 1983 saiu [a] 1ª edição brasileira de *Pele Negra [Máscaras Brancas]*–, o que permitiria o acesso desses novos leitores” (SILVA, 2013, p. 370).

Já em 1985, tivemos a publicação da 1ª edição em português do livro de Basaglia, *A instituição negada*, o qual faz referência ao psiquiatra Frantz Fanon, sendo publicada pela Editora Graal. Essa publicação ocorreu após as visitas de Franco Basaglia ao Brasil, entre 1978 e 1979. Nesse livro, Basaglia e os gorizianos abordaram as transformações e limites institucionais colocados no interior do hospital psiquiátrico de Gorizia. Porém, foi nos apêndices, que localizamos o texto *Problema da gestão*, no qual Basaglia aborda a necessidade de negar a realidade institucional, articulando Fanon e sua escolha pela revolução como exemplo de ruptura.

Apesar de não localizarmos nenhuma produção ou indicação sobre a influência de Fanon em Basaglia, em produções brasileiras, em especial no campo da saúde mental, podemos sinalizar que a Carta

¹¹ Movimento Negro Unificado.

de Bauru de 1987, fruto do II Encontro de Trabalhadores da Saúde Mental, apresenta indícios de ambos na constituição da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica. Por meio da compreensão de que o manicômio reproduz as múltiplas violências e opressões introjetadas na sociedade, podemos destacar que talvez seja essa a principal pista do pensamento de Fanon em Basaglia e na experiência brasileira.

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. **A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres.** Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (CARTA DE BAURU, 1987, grifo nosso).

No presente artigo defendemos a concepção de que ser Antimanicomial, ou melhor, reivindicar a luta por “uma sociedade sem manicômios” é colocar-se contrário às desigualdades de classe, às opressões de gênero e raça/etnia e ser a favor da superação da propriedade privada. Basaglia (2005) compreendia o manicômio e as diversas instituições, desde a família e a escola até as prisões e manicômios, como instituições da violência. As violências produzidas por essas instituições, no caso brasileiro, estão expressas no encarceramento em massa, nos homicídios dos jovens, na violência obstétrica sofrida pelas mulheres negras etc.

Nesse sentido, podemos dizer que o manicômio não só reproduz o *apartheid* social que envolve a experiência da loucura, mas também tem inscrito em si o machismo, a homofobia, a transfobia, o racismo, a xenofobia e outras formas de opressões. Nogueira (2017) vai trabalhar com o conceito de “*apartheid* psíquico”, o qual também pode ser entendido como uma das formas de expressão de racismo. Como não vivemos a institucionalização e a legalização do *apartheid*, para a autora, temos uma silenciosa separação através das relações sociais, causando intenso sofrimento à população negra. Portanto, como o racismo à brasileira se expressa pelo silêncio, o discurso conservador vai afirmar que o sofrimento oriundo do racismo é um problema individual, transferindo questões de ordem estrutural para o subjetivo.

No Brasil, (...), o racismo é implícito, de fato e nunca institucionalizado ou oficializado com base em princípios racialistas de pureza de sangue, de superioridade ou de inferioridade raciais. Por causa da ausência de leis segregacionistas, os brasileiros não se consideram racistas quando se comparam aos norte-americanos, sul-africanos e aos alemães nazistas (MUNANGA, 2017, p. 38).

Não podemos deixar de sinalizar que todas essas expressões estão vinculadas ao racismo estrutural, um dos elementos integrantes da organização econômica e política da sociedade, e se manifesta na sociabilidade, na naturalização das desigualdades e na violência, como componentes da vida social contemporânea. De acordo com Almeida (2018, p. 38-39, grifos do autor),

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo

uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coibam o *racismo individual e institucionalmente*, torna-se imperativo refletir sobre *mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas*.

O racismo estrutural perpassa a concepção de mundo dos sujeitos e estrutura as relações institucionais, sendo reproduzido nos diversos espaços, inclusive nos serviços que substituem os hospitais psiquiátricos nas políticas públicas e na formação profissional. Por isso, para garantirmos o cuidado em saúde mental realmente antimanicomial, é necessário considerarmos a questão racial em todas as dimensões do campo da atenção psicossocial (teórico-conceitual; técnico-assistencial; sociocultural e jurídico-política) (AMARANTE, 2007).

Tal postura demanda um enorme esforço e a compreensão de que o racismo é estruturante e estrutural na formação social brasileira. Porém, só assim será possível compreender que o mesmo racismo que condenou Rafael Braga¹² à prisão, assassinou Marielle Franco e permitiu a esterilização coercitiva de Janaína Aparecida Quirino¹³ e também retira, de forma compulsória, os bebês de mulheres negras, pobres, em situação de rua e usuárias de crack e outras drogas¹⁴. Da mesma forma faz crescer o número de diagnósticos de transtornos de ansiedade e depressão em mulheres negras, pobres e domésticas (ZANELLO, SILVA, 2012); se manifesta no aumento de suicídios entre adolescentes e jovens negros, cuja proporção, de 2012 a 2016, aumentou em comparação às demais raças/cores, subindo de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016 (BRASIL, 2018); bem como naturaliza a divisão social, sexual e racial do trabalho na saúde mental (PASSOS, 2017; 2018).

Por fim, queremos sinalizar alguns pontos aparentemente não relacionados, mas que, no âmago das suas estruturas, são interseccionalizados. Em primeiro lugar, ao revisitarmos o pensamento de Basaglia torna-se necessário recuperarmos Fanon e sua produção clínica e política. Como a base da experiência brasileira é o pensamento italiano, acreditamos que Basaglia nos dá pistas iniciais para uma releitura e reconstrução de uma escrita para seguirmos na destituição do manicômio e suas expressões, tendo como base a questão racial.

Um segundo ponto é a compressão de que o racismo é estruturante e estrutural da formação social brasileira. Ele atravessa a constituição não só da psiquiatria, mas também do campo da saúde mental e atenção psicossocial. Logo, o apagamento de Fanon e do debate étnico-racial ocorre pela naturalização do mito da democracia racial materializando-se não só pelo viés teórico, político, ideológico, como também na

¹² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/simbolo-da-seletividade-penal-caso-rafael-bra_ga-completa-cinco-anos/>. Acesso em: 06 mar. 2019.

¹³ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/11/janaina-a-mulher-que-foi-submetida-a-uma-la_queadura-sem-consentimento_a_23456403/>. Acesso em: 05 set. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/Conteudo/8d55e208-6602-4391-8ab4-4e71ff3302a6/Beb%C3%AAs-s%C3%A3o-retirados-das-m%C3%A3es-nas-maternidades-de-BH>>. Acesso em: 05 set. 2018.

constituição da clínica ampliada. O racismo é base da “autorização” do extermínio da população negra no país e compõe o processo de psiquiatrização e medicalização das subjetividades negras.

O terceiro e último ponto diz respeito à necessidade de uma radicalização da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no Brasil, tornando-se necessário assumir a Luta Antirracista em suas dimensões e a construção de caminhos para combater o racismo. Apesar de estar reconhecido nas Cartas de Bauru (1987; 2017) que o racismo é perpetuado pela lógica manicomial, não houve uma incorporação da temática na construção e implementação do novo modelo assistencial em saúde mental, promovendo, de certa forma, a sua perpetuação.

Algumas Considerações

Nesse artigo buscou-se apresentar algumas das nossas inquietações acerca da relação entre questão racial e Luta Antimanicomial, tendo como ponto de partida a influência de Frantz Fanon no pensamento de Franco Basaglia e a necessidade do estabelecimento da relação entre a Luta Antimanicomial e a Luta Antirracista. Na atual conjuntura, temas considerados irrelevantes, como as opressões/explorações de gênero, raça, sexualidade, encontram-se em voga e conquistam os mais diversos espaços e mídias, convocando os atores da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial brasileira a (re)verem questões nunca antes abordadas.

Trazer o debate das relações étnico-raciais para o campo da saúde mental e atenção psicossocial permite (re)pensar os caminhos da Luta Antimanicomial por uma perspectiva diferente daquela que pactua com os interesses da classe dominante. Portanto, torna-se primordial apontarmos a preocupação com a homogeneização da história da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no Brasil.

Em tempos de avanço do conservadorismo, temos visto o impulsionamento e o investimento para a retomada da centralidade do hospital psiquiátrico na saúde mental. Ao atentarmos para as opressões/explorações e desigualdades que compõem a formação social brasileira, torna-se possível unificarmos as estratégias e pautas com os mais diversos movimentos sociais e organizações para seguirmos na direção da superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Assim, é essencial avançarmos nessa discussão explicitando a contribuição de intelectuais e ativistas negros para o campo da saúde mental e da Luta Antimanicomial, em especial, o aporte deixado por Frantz Fanon.

Referências

- ALMEIDA, M. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, jul./dez. 2014.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

- BARROS, D. D. **Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Lemos Editorial, 1994.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRAZ, M. O golpe das ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- CARTA DE BAURU. *II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental*. Bauru, 1987. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2019.
- DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DUARTE, M. J. O. Política de saúde mental e drogas: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência. **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 227-243, ago./dez. 2018.
- FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1980.
- FAUSTINO, D. M. A práxis e a “consciência política e social” em Frantz Fanon. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, v. 19, n. 34, p. 158-173, jan./jun. 2015.
- _____. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- GOULART, M. S. B. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2007. (Coleção história da psicologia no Brasil).
- GUIMARÃES, A. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, nº81, p. 99-114, jul. 2008.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.
- JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOYELLO, W. **Para uma psiquiatria da libertação**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983.
- MENOZZI, F. Fanon's Letter: Between Psychiatry and Anticolonial Commitment. **International Journal of Postcolonial Studies**, London, v. 17, n. 03, p. 360-37, 2015.
- MUNANGA, K. As ambigüidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Org.). **O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NICÁCIO, F. M. Da instituição negada à instituição inventada. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde Loucura**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

NOGUEIRA, I. B. Cor e inconsciente. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Org.). **O Racismo e o Negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PASSOS, I. C. F. **Reforma Psiquiátrica**: as experiências francesa e italiana. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PASSOS, R. G. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

_____. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **Revista O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n. 38, mai./ago. 2017.

PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. Desafios contemporâneos na Luta Antimanicomial: comunidades terapêuticas, gênero e sexualidade. In: PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. **Luta Antimanicomial e Feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SILVA, M. A. M. Frantz Fanon e o ativismo político-cultural negro no Brasil: 1960/1980. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.26, n. 52, p. 369-390, jul./dez. 2013.

VENTURINI, E. Em memória de uma mulher maya. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 43-61, 2012.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**. Brasília, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012.